

OS LIMITES DA EUGENIA LIBERAL

THE LIMITS OF LIBERAL EUGENICS

ADAN JOHN GOMES DA SILVA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo: Neste trabalho, pretendo apresentar e criticar o que Nicholas Agar chamou de “eugenia liberal”, a ideia segundo a qual os pais teriam pleno direito de utilizar engenharia genética a fim de promover o aprimoramento de determinadas capacidades físicas, cognitivas ou comportamentais de seus filhos, de acordo com seus próprios valores. Nesse sentido, primeiro aponto os elementos centrais do argumento do autor; a distinção que ele traça entre novas e velhas formas de eugenia, as razões pelas quais os pais teriam direito a aprimorar seus filhos, e os limites que devem ser observados por eles a fim tanto de se evitar os erros das antigas formas de eugenia como em respeito ao principal argumento pro aprimoramento, qual seja, o respeito liberal pela autonomia. Num segundo momento, contudo, aponto uma tensão existente entre razões e limites no argumento de Agar, de forma a concluir que, caso queira escapar dessa aparente contradição, a eugenia liberal precisa ser revista em alguma de suas teses fundamentais.

Palavras-chave: Engenharia genética. Aprimoramento genético humano. Eugenia liberal.

Abstract: In this paper, i intend to presente and criticize what Nicholas Agar called “liberal eugenics”, the ideia that parents would have full rights to use genetic engineering in order to promote the improvement of certain physical, cognitive or behavior abilities of their children, according to your own values. In this sense, i first point out the main elements of the author’s argument; the distinction he draws between new and old forms of eugenics, the reason why parents would be entitled to improve their children, and the limits that must be observed by them in order to avoid the mistakes of the old forms of eugenics as well as in respect for the main argument for enhancement, that is, the liberal respect for autonomy. In a second moment, however, i point out a tension between reasons and limits in Agar’s argument, in order to conclude that if he wants to escape from this apparent contradiction, the liberal eugenics needs to be revised in some of its fundamental theses.

Keywords: Genetic engineering. Human genetic enhancement. Liberal eugenics.

* Artigo recebido em 18/05/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 01/06/2021.

** Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4180646289120287> . E-mail: adan.john@ifrn.edu.br.

Introdução

Os avanços conquistados pela medicina e biotecnologia desempenham hoje um papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que nutrem milhares de pessoas com a esperança de tratamento para doenças outrora invencíveis, abrem espaço para procedimentos que vão além da cura. Nesse sentido, o aprimoramento de características consideradas normais é o outro lado da moeda dos procedimentos de cura, e promete ser uma realidade muito em breve. Não é difícil encontrar hoje exemplos de fármacos que, tendo sido originalmente desenvolvidos para tratar alguma disfunção do corpo, podem ter seu uso direcionado para potencializar as capacidades de uma pessoa perfeitamente saudável, como sua altura, potência muscular, capacidade de concentração e até mesmo desempenho sexual.

A ambivalência com que a tecnologia é recebida nesse sentido alcançou seu ápice com a engenharia genética, que graças aos avanços do Projeto Genoma Humano (PGH) e de métodos de manipulação genética mais baratos e eficientes, como o CRISPR-CAS9, em breve permitirá que as futuras pessoas possam intervir no próprio DNA, seja para prevenir doenças de origem genética, seja para fins de aprimoramento, tornando-se melhores do que eles teriam sido de outra forma. Contudo, é exatamente quando tratamos da engenharia genética que o debate se torna mais complexo, e certamente mais disputado. E isso porque as intervenções genéticas – em especial aquelas que são dirigidas às células germinais¹ – trazem consigo duas consequências sem precedentes.

Primeiro, dada a natureza do processo, os aprimoramentos genéticos precisam ser realizados antes do nascimento da criança. Isso significa que não são as próprias pessoas aprimoradas que escolherão seus aprimoramentos, como poderia acontecer em outros casos, mas sim seus pais. Segundo, assim como os tratamentos genéticos visam extirpar de uma vez por todas certas doenças e deficiências da linhagem genética de um indivíduo, também os aprimoramentos alcançados por esse meio podem perpetuar determinado traço na descendência de uma pessoa. Assim, as decisões feitas pelos pais de um indivíduo aprimorado têm um alcance muito maior, visto que tendem a se manifestar por toda a sua descendência.

¹ Há também a edição de células somáticas, em que as células responsáveis pela doença podem ser removidas, corrigidas e reinseridas no corpo do paciente, sendo por isso um tipo de intervenção mais bem aceita, visto que ela pode ser feita em consenso com o próprio paciente e limitar um possível efeito adverso à pessoa que foi alvo da intervenção. Contudo, como relata Walter Isaacson (2021), esse tipo de terapia “é cara, não funciona em todas as células e pode não ser permanente”, ao contrário das terapias que atuam diretamente na linha germinativa do paciente.

Diante de possibilidades tão radicais, é compreensível que surjam receios os mais variados relativos a elas, a ponto de vermos autores defenderem enfaticamente que esse tipo de tecnologia se limite ao seu caráter terapêutico original, excluindo seu uso para fins de aprimoramento. Outros autores vão ainda mais longe, sugerindo que devemos nos ater apenas a terapias somáticas, que são mais semelhantes às formas de praticar a medicina que conhecemos, e evitar as de linha germinativa, que podem dar vazão a aprimoramentos.²

Dentre essas preocupações está uma que vê uma proximidade alarmante entre o uso da engenharia genética para fins de aprimoramento com as práticas eugênicas do início do século passado, responsáveis por vitimar milhares de pessoas com discriminação, esterilizações compulsórias e até o extermínio. E isso porque, para os críticos do aprimoramento, embora a disponibilização de técnicas de manipulação genética não apele para esterilizações, ela guarda implícita em si uma ideia comum com o movimento que culminou nas políticas de extermínio nazistas³; a de que é melhor nascer de um jeito do que de outro.

Neste trabalho, pretendo apresentar e criticar a resposta que o filósofo Nicholas Agar deu a esse tipo de acusação, resposta que envolve tanto a defesa de que os aprimoramentos genéticos são uma extensão natural da autoridade dos pais sobre os filhos quanto que o estado deve se manter neutro em relação a como os pais os administram. Depois de dedicar a primeira parte do texto a explicitar os elementos centrais do argumento do autor, passo então, num segundo momento, a apontar para uma tensão existente entre as razões que ele diz serem legitimadoras do uso do aprimoramento genético e os limites que ele mesmo exige que sejam seguidos por aqueles que decidirem utilizá-lo.

1.

O filósofo Nicholas Agar foi um dos primeiros autores a atentar para as inevitáveis comparações feitas entre os potenciais usos da engenharia genética para fins de aprimoramento e o movimento eugênico empreendido até meados do século XX. Por essa razão, a fim de afastar a desconfiança e descrédito fomentadas por essa associação, ele

² Para Bill McKibben, “Se adotarmos proteções apropriadas, podemos praticar terapias genéticas somáticas, mesmo que ela seja claramente uma novidade de alta tecnologia, sem deixarmos para trás o mundo como nós o conhecemos. Ainda viveremos na Terra 1, apenas seremos um pouco mais saudáveis. Mas se começarmos a manipular as células germinativas dos embriões, então escaparemos da atração gravitacional da história e da evolução e cairemos nos perigosos e desmoralizantes terrenos baldios da Terra 2, o mundo além do significado” (MCKIBBEN, p. 127).

³ MUKHERJEE, 2016; SANDEL 2013; BUCHANAN *et al.*, 2001.

cunhou num artigo de 1998 a expressão “eugenia liberal”, para se referir ao aprimoramento disponibilizado pelas mais recentes ferramentas da engenharia genética em oposição a formas anteriores de eugenia. Sobre essa separação ele diz:

Enquanto a velha forma de eugenia buscou produzir cidadãos com base em um único modelo centralizado, a marca distintiva da eugenia liberal é a neutralidade do estado. Acesso a informação sobre toda a gama de terapias genéticas irá permitir aos futuros pais olhar para seus próprios valores ao selecionar melhoramentos para seus futuros filhos. Eugenistas autoritários acabariam com liberdades procriativas comuns. Liberais, ao invés disso, propõem a extensão radical delas (AGAR, 1998, p. 137).

Nesse sentido, o autor acredita que o diferencial entre os dois movimentos, responsável por legitimar o novo ao mesmo tempo em que condena o mais antigo, seria a ausência da intervenção do Estado quanto ao tipo de escolhas eugênicas feitas. Uma vez que tais escolhas pudessem ser feitas pelos próprios pais, e sem uma intervenção estatal que ameaçasse suas liberdades reprodutivas, o aspecto condenável da eugenia seria desfeito. Podemos então entender a eugenia liberal como a proposta segundo a qual a decisão última sobre se e como aprimorar as futuras pessoas deve ser deixada exclusivamente com seus pais, de acordo com seus próprios valores.⁴

Não há argumento para mostrar a superioridade global de um plano de vida sobre todos os outros, daí a barreira contra programas eugênicos direcionados pelo estado. Contudo, sob a luz de dado conjunto de valores parentais, certamente há planos de vida melhores ou piores. Dentro de certos limites, as escolhas eugênicas dos pais podem presumivelmente favorecer os valores predominantes em seus planos acima daqueles predominantes em outros (AGAR, 1998, p. 146).

Esse trecho é importante na fala de Agar por duas razões. Primeiro, ele atesta ser a deliberação dos pais o valor fundamental a ser respeitado quanto à decisão acerca de que aprimoramentos oferecer para futuras pessoas. Segundo, ele aponta para a existência de certos limites, os quais também seguiriam de perto o respeito pela autonomia, como veremos a seguir.

No que diz respeito ao primeiro elemento, é importante destacar que Agar defende o aprimoramento genético com base na já aceita autoridade que os pais têm para influenciar os traços de seus filhos através de aprimoramentos convencionais, que remetem às técnicas

⁴ Agar também aponta para o caráter facultativo do aprimoramento: “Ninguém será forçado a clonar a si mesmo ou manipular geneticamente seus embriões” (2004, p. 6).

mais antigas e socialmente aceitas pelas quais os pais tentam moldar seus filhos, física, cognitiva e comportamentalmente. Estas técnicas incluem sobretudo a educação, a nutrição alimentar, o incentivo a atividades físicas e culturais, e até mesmo a iniciação em práticas religiosas, entre outras coisas. Nesse sentido, Agar afirma que a liberdade que é consensualmente atribuída aos pais para moldar seus filhos através da alteração de seu ambiente é suficientemente ampla para abranger também a manipulação via alteração de seus genomas. A esse respeito, ele diz:

Eu defendo a ideia de que a liberdade dos pais para influenciar a direção da vida de seus filhos engloba escolhas sobre a modificação de seu DNA embrionário. Expressões familiares dessa liberdade [...] envolvem escolhas sobre para que escolas enviar as crianças, como alimentá-los, quem conta como uma companhia adequada depois da escola, se devem ser dadas instruções religiosas, e outras do mesmo tipo (AGAR, 2008, pp. 60-61).

Mas a tentativa de legitimar o aprimoramento genético com base nesse tipo de liberdade parental esbarra numa intuição compartilhada por diversas pessoas – críticos da eugenia liberal inclusos – que negam que a manipulação ambiental tenha o mesmo peso na determinação de traços da futura pessoa que a manipulação genética. Nesse sentido, costumam atribuir à genética um peso muito maior na formação desses traços, e, portanto, à manipulação genética consequências morais muito mais graves e incapacitantes ao projeto eugênico liberal.

A fim de contrariar essa intuição, Agar se apoia num entendimento mais bem informado dos papéis desempenhados pelos genes e pelo ambiente no desenvolvimento de uma pessoa, e segundo o qual ambos têm pesos equivalentes no desenvolvimento de um certo traço.⁵ Nesse sentido, ele defende que “Se gene e ambiente têm igual importância na construção dos traços que possuímos, tentativas de modificar pessoas pela modificação de qualquer um destes pareceria merecer igual exame” (1998, p. 141)⁶.

Numa formulação mais explícita dessa equivalência, Agar formula o que chamou de *nurture principle*, segundo o qual “Se estamos autorizados a produzir certos traços pela

⁵ A esse respeito, Agar segue uma tendência geral que afirma que um traço físico, cognitivo ou comportamental só pode se desenvolver se houver uma predisposição genética para tal, bem como um estímulo externo para o desenvolvimento dessa predisposição. Na ausência de qualquer um desses dois elementos, esse traço seria inexistente, salvo aqueles que obedecem um determinismo genético forte, como a cor dos olhos, da pele, fisionomia, etc.

⁶ Buchanan *et al.* (2001) adotam postura semelhante, defendendo tanto que aprimoramentos genéticos equivalem aos convencionais, quanto que ambos se baseiam nos mesmos direitos parentais comumente endossados por todos nós (pp. 156-158).

modificação do ambiente de nossos filhos, então também estamos autorizados a produzi-los pela modificação de seu genoma” (2004, p. 113)⁷. Logo após, ele diz:

uma vez que aceitemos que ambientes também produzem personalidades, devemos estar preparados para imputar o mesmo julgamento à ‘manufatura pela educação’ que imputamos à ‘manufatura pela engenharia genética’. Se algumas formas de educação são inocentes da acusação de manufatura, da mesma forma são algumas formas de engenharia genética (2004, p. 116).

Para Agar, tão importante quanto a observância da autonomia dos pais é aquela que prevê o respeito pela autonomia também dos filhos aprimorados, razão pela qual ele fala que tais aprimoramentos devem se dar “dentro de certos limites”, a fim de que a nova eugenia não acabe cometendo os mesmos erros que sua ancestral. E isso porque o autor reconhece que mesmo as escolhas livres dos pais quanto a que características atribuir a seus filhos podem acabar sendo vítimas de uma espécie de “ditadura da maioria”, ou seja, um conjunto de valores socialmente difundidos acerca de que traços físicos ou cognitivos contam como desejáveis. “Nesse caso, cidadãos terminarão sendo manipulados de acordo com um conjunto de valores dominantes apesar de tudo, e a nova eugenia acabaria caindo dentro da velha” (1998, p. 137).⁸ Daí recorrer a um critério que, segundo ele, ajudaria a distinguir na prática entre as duas formas de eugenia, na medida em que protegesse as crianças aprimoradas da imposição dos valores dominantes, e que tem a ver com o respeito pelos planos de vida das pessoas aprimoradas.⁹

O primeiro passo para a construção desse critério depende do contraste entre o poder que a engenharia genética tem de manipular capacidades e seu poder para manipular planos de vida. Nesse sentido, Agar aponta que embora seja possível a um engenheiro genético dizer sob que circunstâncias um determinado gene irá desenvolver uma determinada capacidade,

⁷ Agar não está sozinho ao defender essa equivalência. Para Lee Silver, “[q]uando se aceita a prerrogativa dos pais depois do nascimento, é difícil argumentar contra ela antes do nascimento se nenhum mal for causado às crianças que estão por vir” (SILVER, p. 23). Ao lado deles, também Julian Savulescu, um dos mais fervorosos defensores do aprimoramento humano, diz que: “Nós louvamos pais que se sacrificam para dar as melhores oportunidades educacionais para seus filhos, ou que tentam criar crianças bem comportadas. [...] Se aceitamos manipulações ambientais, por força da consistência devemos aceitar manipulações genéticas e outras formas de manipulação biológicas que sejam seguras e tenham os mesmos efeitos” (SAVULESCU, 2005, p. 38).

⁸ Walter Isaacson também atenta para isso ao avisar que “Uma genética liberal, ou libertária, de escolha individual pode nos levar – assim como a eugenia governamental faria – a uma sociedade menos diversa e a menos desvios da norma. Isso pode ser agradável para um pai, mas acabaríamos com uma sociedade com muito menos criatividade, inspiração e arestas”.

⁹ “Argumento que o respeito pelos planos de vida das futuras pessoas pode restringir a escolha parental de forma que distinguir bruscamente a nova eugenia da sua feia antecessora” (AGAR, 1998, p. 138).

o mesmo não pode ser dito acerca da relação entre tal capacidade e um plano de vida. E isso porque planos de vida são características altamente sensíveis ao ambiente em que uma pessoa nasce e vive, podendo ser influenciadas de formas impossíveis de predizer. Dessa forma, em contraste com as capacidades, planos de vida são “psicologicamente mediados”, carentes de um tipo de validação do sujeito inacessíveis à manipulação genética (1998, p. 146).

Paralelo a isso temos a constatação de que alguns aprimoramentos que podem favorecer certos planos de vida são igualmente avessos a diversos outros.¹⁰ É o que Agar procura prontamente exemplificar:

Um comerciante do mercado de ações precisa de rapidez e agressividade nas decisões. Esses traços seriam prejudiciais eu um poeta ou pintor para quem é exigida reflexão. Qualquer jogo olímpico traz junto uma ampla variedade de físicos excepcionais. Ter um corpo adequado para uma disciplina tende a excluir outras disciplinas. Levantadores de peso seriam bem aconselhados a não ter ambições nas corridas de cavalos, da mesma forma que jôqueis não devem esperar fazer parte de times de basquete. Num alto nível de abstração, diferentes filosofias políticas favorecem tipos de personalidades potencialmente conflitantes. Um comunitarista vai enfatizar a receptividade a importantes tradições culturais locais. Liberais podem estar mais interessados em planos de vida que possivelmente incorporem elementos de uma cultura local mas é capaz de independência substancial dela (AGAR, 1998, p. 149).

Ao unir essa peculiaridade típica da posse e cultivo de certas capacidades com o fato de que é impossível para os pais decidirem que plano de vida seus filhos irão escolher – visto que estes estariam além do alcance de qualquer tipo de manipulação – Agar conclui que resta aos pais a alternativa de agirem de forma que ignorem qualquer plano de vida em especial (1998, pp. 149-150).¹¹

Surge daí o critério *maximin* para o aprimoramento, que toma como exemplo a teoria da Justiça de Rawls. Da mesma forma que, para Rawls, um juiz ignorante acerca do lugar que irá ocupar numa sociedade que ele irá ajudar a construir deve priorizar a igualdade de todas as posições sociais (maximizar o máximo do mínimo), aqueles que irão decidir sobre os

¹⁰ Aprimoramento de capacidades de um indivíduo que aumentem suas chances de perseguir um dado plano de vida frequentemente reduzem as chances daquele indivíduo de ser bem sucedido ao perseguir planos de vida alternativos (AGAR, 1998, p. 149).

¹¹ Agar reconhece que o processo de priorizar o desenvolvimento de certas capacidades e o consequente estreitamento dos planos de vida disponíveis é um processo inevitável durante a vida de qualquer pessoa. Contudo, o diferencial está no fato de que, pelo menos nesse caso, o fato de ser o próprio portador dessas capacidades a escolher quais delas irá desenvolver – a partir de certa idade – implica que esse processo se dá de forma sensível aos seus planos de vida, o que não aconteceria se outra pessoa escolhesse de antemão por ela (1998, p. 149).

aprimoramentos de seus futuros filhos devem ter em mente aprimoramentos válidos para qualquer plano de vida.

[...] sob a luz da inacessibilidade dos planos de vida por engenheiros genéticos eu proponho a seguinte restrição maximin rawlsiana sobre o aprimoramento de capacidades. Bens da engenharia genética devem ser alocados em um indivíduo de forma que melhorem perspectivas associadas com todos os possíveis planos de vida – principalmente os piores planos de vida em potencial [...] Nenhum aprimoramento de capacidade será aceitável a menos que ele também impulse perspectivas associadas com os planos de vida menos bem servidos. O objetivo é equipar a futura pessoa não importa que vida ela escolha adotar (AGAR, 1998, p. 150).

Esse critério completa a distinção entre a eugenia liberal e suas formas antecessoras, na medida em que previne que os pais das crianças geneticamente aprimoradas cedam a um modelo único de aprimoramento e criem um “mundo pós-aprimorado geneticamente uniforme”. Daí ele dizer que

Um programa eugênico apropriadamente sensível ao leque de potenciais planos de vida das futuras pessoas não irá procurar aprimorar capacidades com qualquer plano de vida em mente. Tal programa terá o duplo mérito de adequar os candidatos a melhorias às necessidades daqueles que as carregam e proteger as sociedades dos efeitos coercitivos dos valores dominantes (AGAR, 1998, p. 138).

Assim, embora Agar reconheça que tal critério limite aquele que seria o aspecto mais distintivo da eugenia liberal – a lembrar, a liberdade dos pais para aprimorar seus filhos de acordo com seus próprios valores – ele acredita ser esse um limite baseado no respeito pela liberdade das futuras pessoas¹² e manutenção da diversidade. Dessa forma, a prescrição do princípio maximin encontra sua perfeita definição nas palavras de Robert Sparrow, que a descreve como a posição segundo a qual “não devemos alterar suas capacidades de forma que elas os prejudiquem caso eles adotem um plano de vida inesperado: intervenções genéticas que não apresentam esse risco permanecem legítimas. [...] Dessa forma, mesmo se seus filhos crescerem com ideias acerca de como eles desejam viver suas vidas diferentes da de seus pais, eles não terão sido prejudicados” (2011, pp. 505-506).¹³

¹² “Alguns eugenistas liberais reclamarão das limitações sobre a liberdade dos futuros pais, argumentando que há relativamente pouco espaço para melhorar planos de vida de acordo com valores. Justifiquei essas restrições apontando para a liberdade dos futuros nascidos. [...] Aprimorar de acordo com a exigência maximin promete expandir o leque de escolhas dos planos de vida genuínos, e, portanto, a liberdade, das futuras pessoas” (AGAR, 1998, p. 152).

¹³ Atentar ainda para outro trecho desse autor, segundo o qual “Esse critério exclui intervenções genéticas que estão intimamente ligadas a uma visão particular de como a vida humana é melhor vivida, ou que estão

Essencial para o entendimento das ideias de Agar seja talvez a exemplificação de que tipos de aprimoramentos sejam permitidos e proibidos pelo seu critério. E embora o próprio autor seja muito pobre no que diz respeito a oferecer tais exemplos, podemos recorrer a uma lista simples em seu benefício.

Dentre as características que os pais poderiam aprimorar de acordo com seus valores – isto é, acreditando serem essas características úteis para planos de vida que julgamos valiosos – e que ao mesmo tempo não impediriam que seus filhos pudessem seguir planos de vida alternativos estão a imunidade a doenças, visão, memória, raciocínio analítico e abstrato, inteligência espacial, capacidade de concentração, gosto pela arte, capacidade cardiorrespiratória, etc. Todas essas características, para citar apenas algumas, podem ser especialmente úteis para determinados planos de vida – atletas, professores, motoristas, detetives, advogados, filósofos – sem que sejam por isso desvantajosas para outros. Alguém que foi aprimorado com uma boa capacidade cardiorrespiratória de acordo com o que seus pais atletas julgam ser de grande valor não se vê prejudicado se suas intenções forem seguir a carreira fisicamente menos exigente de advogado, da mesma forma que alguém que almeje tornar-se um político não vê a sua inteligência espacial aprimorada como um obstáculo.

O mesmo não pode ser dito de outras características como altura, peso ou temperamento. Crianças que se tornaram altas graças à intervenção de pais que sonham em vê-las se tornar boas jogadoras de basquete certamente jamais poderão aspirar a uma carreira em esportes que exigem baixas estaturas, como por exemplo o jôquei. Da mesma forma, aqueles que foram dotados de temperamentos impulsivos – importantes para profissões que exigem decisões rápidas ou mesmo emotivas – certamente sentirão extrema dificuldade naqueles planos de vida que carecem de ações mais comedidas.¹⁴ O aprimoramento de tais características é que seria, portanto, vedado pelo critério de Agar.

2.

Contudo, apesar de ter construído um argumento bastante elegante e que lida com algumas das principais preocupações dos críticos do aprimoramento, as linhas gerais da

destinados a frustrar certos planos de vida. Garantindo que as futuras gerações não são menos livres para perseguir qualquer plano de vida do que elas seriam na ausência da intervenção, ele se guarda contra a possibilidade de que a intervenção genética vá diminuir drasticamente a diversidade humana. Agar mantém, portanto, que o princípio maximin autoriza uma ampla gama de intervenções eugênicas pelos pais sem o risco e as consequências iliberais da velha eugenia” (SPARROW, 2011, p. 506).

¹⁴ Ver Agar, 1998, p. 149.

eugenia liberal expressas no texto de Agar não soam a todos tão coerentes quanto pode parecer à primeira vista.

Nesse sentido é que encontramos o artigo de Dov Fox (2007), em que ele acusa Agar de fazer uma aplicação apenas parcial dos princípios liberais em sua justificativa da eugenia. Segundo ele, embora Agar esteja correto ao defender que as liberdades que os pais já possuem para influenciar seus filhos através de meios convencionais implicam numa autorização para que eles o façam também por meio do aprimoramento genético, erra ao ignorar o fato de que a própria teoria liberal impõe limites a essa liberdade, no sentido de que tanto há coisas que os pais são proibidos de fazer com os filhos – como maltratá-los – como há coisas que eles são obrigados a fazer, como prover cuidados de saúde e educação básica (FOX, p. 7).

Este conjunto de obrigações surge pelo fato de que – conforme já citamos – ao mesmo tempo em que o apego pela liberdade que define o liberalismo se manifesta como respeito pela autonomia dos pais no que diz respeito a sua forma de criar os filhos, também se manifesta como uma exigência de que aqueles filhos sejam equipados com os recursos necessários para se tornar indivíduos autônomos¹⁵. Daí a demanda por educação e saúde básica, requisitos mais elementares para uma vida minimamente autônoma.

Por isso, visto o potencial que o aprimoramento genético de *bens primários naturais* – expressão que Fox toma emprestada de John Rawls, e que se refere àquelas capacidades úteis para qualquer plano de vida¹⁶ – tem de conferir aos seus portadores vantagens úteis para o que quer que eles queiram escolher, tornando-os assim pessoas mais autônomas, Fox defende que o comprometimento inicial de Agar com o liberalismo implica em um comprometimento com a ideia de que essa classe de aprimoramentos é uma questão de *obrigação moral* (p. 12). Daí ele concluir que

Se liberais querem ser consistentes, então assim como o estado liberal requer que os pais aprimorem a resistência contra a doença de seus filhos

¹⁵ Para Fox, indivíduos em fase de serem aprimorados atendem as duas únicas exigências feitas pelo liberalismo para justificar o paternalismo: o primeiro diz que é preciso que o indivíduo para quem o bem é dirigido não seja naquele momento capaz de decidir por si mesmo, e o segundo exige que haja consenso hipotético, ou seja, que os aprimoramentos feitos sejam tais que o indivíduo que os recebe aceitaria receber caso fosse capaz de decidir (FOX, p. 8). A esse último respeito ele comenta que “[...] é igualmente razoável esperar que qualquer embrião seria grato por aprimoramentos genéticos de bens naturais primários seguros feitos a seu favor” (p. 13).

¹⁶ Para Fox, incluídas nessa lista estão “ausência de incapacidade, resistência contra doença, coordenação e mobilidade física, percepção visual e auditiva, memória de curto e longo prazo, raciocínio verbal e espacial, capacidade cognitiva geral, e certas características comportamentais como reflexividade, controle de impulso, busca por inovações, e a capacidade de tolerar adversidades (p. 11).

por meio de vacinas e torne obrigatório o aprimoramento de vários conjuntos de habilidades cognitivas, sociais e intelectuais através da escolarização primária, o estado também deve ordenar intervenções genéticas que aprimorem de forma segura bens naturais primários em embriões (FOX, 2007, p. 14).

É exatamente neste ponto que Fox se afasta de Agar, visto que, enquanto a neutralidade do Estado e a autonomia dos pais para decidir se e como aprimorar seus filhos era ponto fundamental na eugenia liberal, a *teoria liberal do aprimoramento da prole* – como Fox chamou sua proposta – defende que essa neutralidade deve ser colocada de lado exatamente em favor dos ideais liberais e quando se trata de aprimoramentos de bens naturais primários.¹⁷ E embora fosse possível que as consequências práticas para as crianças aprimoradas acabassem sendo as mesmas dentro das teorias dos dois autores – afinal, é razoável acreditar que pais que tivessem a liberdade para aprimorar o fariam – a teoria de Fox acaba com a liberdade dos pais que preferem não aprimorar seus filhos.

Essa dissidência não impede Fox de concordar com Agar no que diz respeito à liberdade dos pais para manipular seus filhos também com características específicas – ou *bens naturais não primários* – de acordo com seus próprios valores, e desde que “tais decisões não causem dano à criança ou outros ou minem um importante bem público”. Ou seja, ele também se alinha com os proponentes da eugenia liberal ao concordar que os pais têm o direito – embora não a obrigação – de prover seus filhos com bens naturais não primários, úteis apenas para alguns planos de vida.

A negação desse tipo de liberdade vai caber à Teun J. Dekker (2008), que diferentemente de Fox e mesmo da eugenia liberal argumenta que, embora haja um imperativo moral de dar a seus filhos bens primários naturais (conforme o raciocínio de Fox), a adoção do liberalismo é incompatível com o uso de aprimoramentos de bens naturais não primários – “traços que são úteis apenas para certos planos de vida, e podem muito bem ser prejudiciais a muitos outros” (p. 94) – ou, como ele chama, aprimoramentos *perfeccionistas*. Em outras palavras, Dekker acredita que o uso deste tipo de aprimoramento implicitamente

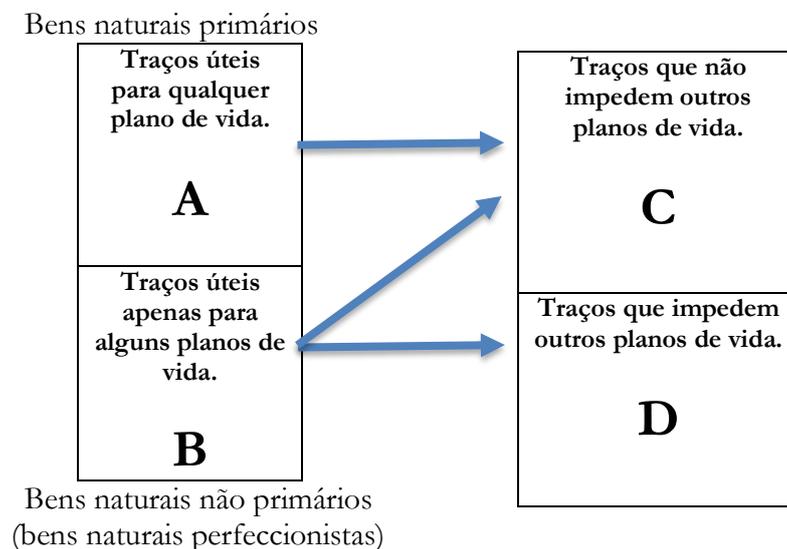
¹⁷ Esse raciocínio é idêntico ao de um dos críticos do aprimoramento, Michael Sandel, que diz que “[...] dado que é papel dos pais promover o bem-estar dos filhos (sempre respeitando seu direito a um futuro em aberto), tais melhoramentos não se tornam somente aceitáveis, mas obrigatórios. Da mesma forma que o governo pode exigir que os pais mandem os filhos para a escola, pode exigir que eles utilizem tecnologias genéticas (desde que seguras) para aumentar o QI dos filhos [...] Bem entendido, o “princípio [liberal] do individualismo ético” não apenas permite como “comanda a luta” para “tornar a vida das futuras gerações de seres humanos mais longa e repleta de talentos e, portanto, de conquistas”. Assim, a eugenia liberal não rejeita a engenharia genética imposta pelo governo; simplesmente exige que tal manipulação respeite a autonomia da criança projetada” (2013, p. 90).

endossa uma visão de “boa vida” que deve ser rejeitada por conta do comprometimento que a teoria liberal tem com a neutralidade (p. 92)¹⁸. Assim, ninguém pode forçar outros num plano específico de vida por considera-lo superior. Para ele

Quando pais projetam seus filhos para ter certos bens naturais perfeccionistas, eles estão ativamente fazendo alguns planos de vida mais acessíveis e atrativos que outros. [...] Quando perguntamos qual a justificção para usar eugenia dessa forma, a resposta será sempre baseada em alguma concepção parental de bem (p. 95).

Dáí Dekker rejeitar tanto a eugenia liberal quanto a proposta que Fox desenvolveu em reação a ela, acusando ambas de entrarem em choque com o comprometimento com a neutralidade típica do liberalismo que supostamente adotam. Em resposta a isso, ele propõe o que chamou de *Teoria do aprimoramento neutro*. Essa teoria concorda com a obrigatoriedade de aprimoramentos que confirmam bens naturais primários – com base em seu potencial para conferir autonomia aos seus beneficiários – ao mesmo tempo em que rejeita o uso de aprimoramentos que visem bens naturais perfeccionistas, o que representaria para Dekker um verdadeiro compromisso com o ideal de neutralidade do liberalismo.

Para fins de esclarecimento acerca das categorias de aprimoramento a que se referem esses autores, vejamos o quadro abaixo:



¹⁸ “É dito que a eugenia liberal e a Teoria do Aprimoramento são uma melhoria em relação à eugenia estatal porque eles colocam os poderes da genética longe do estado e os colocam nas mãos dos pais. Eles defendem o estado neutro. Mas isso não faz diferença para os liberais, uma vez que eles não se importam apenas com a neutralidade do estado, mas com a neutralidade em si [...] No que diz respeito a questões de eugenia, a relação entre crianças e governo não é fundamentalmente diferente da relação entre crianças e seus pais” (DEKKER, 2008, p. 97).

Para Agar, o aprimoramento dos traços dos quadros A, B e C são moralmente permissíveis, embora nenhum deles seja obrigatório, ao que seu princípio maximin proíbe os aprimoramentos do quadro D. Já Fox concorda quase completamente com Agar, com uma exceção; o aprimoramento dos traços do quadro A são obrigatórios, no que devem ser garantidos pelo estado. Por fim, Dekker concorda que os traços do quadro A devem obrigatoriamente ser aprimorados, mas acusa de imorais todos os que estão nos quadros B, C e D.

Mas podemos questionar se a descrição que Dekker fez da eugenia liberal de fato reflete as ideias expostas por Agar, especialmente no que diz respeito ao alcance das liberdades que este autor supostamente atribui aos pais. Com efeito, devemos lembrar que, embora seja verdade que Agar deixe a cargo dos pais tanto aprimoramentos de bens naturais primários quanto não primários, ele limita este último apenas àqueles que podem existir sem excluir automaticamente certos planos de vida que a criança poderá desejar no futuro. Dessa forma, portanto, não existe em Agar o que Dekker chamou de “forçar alguém em um determinado plano de vida”.

Há, contudo, no texto desse autor, espaço para uma interpretação mais caridosa de sua crítica, compatível com essa ressalva de Agar. Nesta interpretação, o problema não é que os pais confinem seus filhos em certos planos de vida selecionando traços que excluam alguns deles em detrimento de outros, mas que ao selecionar traços favoráveis a certos planos de vida e indiferentes para outros – o que Agar aceitaria – os pais estão “implicitamente endossando essas concepções” (DEKKER, p. 91) e “ativamente fazendo alguns planos de vida mais acessíveis e atrativos que outros” (p. 95). Em outras palavras, o problema aqui não seria o confinamento a certos planos de vida julgados mais valiosos pelos pais, mas a mera manifestação de preferência por esses planos inscrita nos genes dos filhos.

Enquanto Fox e Dekker veem nessa reaproximação da eugenia liberal com alguma forma de intervenção estatal um aspecto a ser celebrado – visto que seria uma garantia de que bens naturais primários estariam disponíveis a todas as pessoas – Robert Sparrow (2011) preocupa-se que essa reaproximação aconteça também no que diz respeito a outros tipos de aprimoramento, exatamente da forma que Agar queria evitar em seu texto original ao alertar para os perigos da redução da diversidade.

Lembremos que Agar almeja prevenir a sociedade contra essa redução da diversidade – que é um dos aspectos próprios da velha eugenia – propondo que, embora os pais possam

recorrer a seus valores na escolha dos aprimoramentos que irão ministrar a seus filhos, essas escolhas devem ser úteis ou ao menos compatíveis com qualquer plano de vida.

Contudo, Sparrow vê uma série de problemas neste princípio, os quais acabam por torna-lo incapaz de desempenhar o papel que Agar espera dele. O primeiro desses problemas diz respeito a saber se existe qualquer conjunto de características suscetíveis de manipulação genética que realmente respeite esse critério, ou seja, que seja útil a qualquer plano e vida e que não prejudique outros.¹⁹ Nesse sentido, ele afirma que mesmo traços gerais, supostamente úteis a qualquer plano de vida, não são livres de contestação.²⁰

É o que acontece com a inteligência – cujo conceito o próprio Agar assume ser contestável²¹ – e, mais curiosamente, com os elementos que contribuem para uma boa saúde. Sobre este último caso, Sparrow aponta para o caso daqueles que cobram o reconhecimento da “cultura surda” como uma comunidade reconhecida por suas práticas e valores comuns, ao invés de pela simples posse de uma incapacidade, o que justificaria o desejo dos membros desta comunidade de partilhar com seus filhos esse traço e os valores comunitários associados. Daí este autor concluir que

O exemplo da Cultura surda é salutar porque ela revela que o que a maioria das pessoas assume como sendo parte bastante direta da ideia de saúde é desnecessária para a busca de certos bens e na verdade vista por alguns como desvantajoso. Intervenções para aprimorar a audição, ou para reduzir a chance de uma condição genética que resulte em surdez, pode frustrar os planos de vida daqueles que venham a se identificar com a cultura surda. Se uma vida como membro da cultura surda está dentro do leque de variações razoáveis nos planos de vida então essas intervenções devem falhar, portanto, no “maximin test” (SPARROW, 2011, p. 507).

Um segundo problema encontrado por Sparrow no critério apresentado por Agar acusa-o de ser muito intrusivo, no sentido de que exige que a mesma neutralidade observada quando do aprimoramento genético deve também valer quando características genéticas que surgem naturalmente ameaçam privilegiar um plano de vida em detrimento de outros. Assim, de acordo com aquele princípio, “teríamos que intervir sempre que encontrarmos embriões

¹⁹ “Seria o leque de ‘planos de vida’ moralmente aceitáveis tão homogêneo que qualquer aprimoramento seria vantajoso – ou pelo menos não desvantajoso – para todos eles? Não é fácil encontrar exemplos de aumentos na capacidade que não seriam vistos como desvantajosos por alguém comprometido com um plano de vida ou outro” (SPARROW, 2011, p. 506).

²⁰ Essa crítica coloca abaixo não apenas a princípio *maximin*, mas também a proposta de Dekker de um “aprimoramento neutro”, visto que entende que mesmo traços que poderiam ser imediatamente apontados como candidatos a bens naturais primários, úteis para qualquer plano de vida, são na verdade carregados de alguma ambiguidade ou viés ideológico.

²¹ 1998, pp. 151-152.

com distribuições de capacidades naturais que satisfaçam planos de vida particulares mas desfavoreça outros” (2011, p. 509), consequência que paradoxalmente conduziria à uniformidade. E embora Sparrow lembre que Agar limitou seu princípio a “*modificações* de capacidade dos filhos” exatamente a fim de evitar esse tipo de crítica²² ele diz ser essa consequência inevitável. Segundo ele

Se é errado trazer ao mundo uma criança com um conjunto de capacidades que satisfaçam um plano de vida e desfavoreça todos os outros, porque deveria importar se isso é o resultado da escolha dos pais de fazer uso da tecnologia ou de se recusar de usá-las? O resultado para a criança é o mesmo de qualquer forma (SPARROW, 2011, p. 509).

Dificuldades adicionais envolvem tanto a motivação dos pais para adotar esses critérios em detrimento de suas preferências pessoais²³ quanto os limites de nossa capacidade para julgar acerca do bem-estar dos nossos filhos.²⁴

Todos esses problemas levam Sparrow a concluir que é impossível que os pais possam recorrer a um critério tão impessoal acerca de que tipo de manipulações genéticas operar em seus filhos, e que por isso suas ações ficarão mais sujeitas a seu próprio critério do que seja bom do que Agar previu, pesando a balança da eugenia liberal novamente para o abismo homogeneizante que ele procurou evitar. No fim, Sparrow conclui que o princípio *maximin* de Agar não cumpre o papel que ele lhe atribuiu.

Sparrow chega a cogitar a possibilidade de que tornar o Estado responsável por assegurar esse tipo de escolha eugênica evitaria que elas ficassem à mercê da parcialidade de seus pais. Com efeito, assim como havia argumentado Fox, ele aponta que “[...] o bem-estar dos filhos não é preocupação exclusiva dos pais. Se pais maltratam seus filhos, então a sociedade, representada pelo Estado, deve intervir a fim de protegê-los” (p. 514). Contudo, diferente de Fox e Dekker, ele imediatamente rejeita essa opção, visto a proximidade que ela guarda com antigas formas de eugenia, e cuja rejeição está na base do pensamento de Agar. Como consequência, resta deixar tais escolhas com os pais e correr o risco de uma redução

²² Ver 1998, p. 151.

²³ “Por que os pais deveriam aceitar essa restrição em sua liberdade para modificar seus filhos assim como para promover aquelas formas de vida que eles sentem serem melhor para eles? [...] Por que deveríamos nos importar com o florescimento de planos de vida, valor no qual não acreditamos?” (SPARROW, 2011, p. 510).

²⁴ “O quarto – e talvez mais importante – problema com a adoção do *maximin principle* como um mecanismo para regulação de nossas intervenções genéticas diz respeito a se julgamentos sobre o bem-estar são livres de controvérsia, especialmente quando os méritos relativos planos de vida estão em questão. Isto é, todas as pessoas razoáveis irão concordar sobre quando uma intervenção eugênica ameaça o bem-estar de uma criança? Se não, então a futura distribuição de capacidades será fortemente influenciada pela distribuição de opiniões sobre que escolhas são valiosas na vida” (SPARROW, 2011, p. 511).

da diversidade, imposta não pelo Estado, mas pelo que ele chamou de “tirania da maioria”. “Ao abraçar a eugenia liberal, estamos abraçando a eugenia, se não pelo Estado, pela opinião pública e forças de mercado” (p. 516).

Chegamos assim a um dilema fundamental no que diz respeito à forma como Nicholas Agar defendeu o acesso a aprimoramentos genéticos. Ao insistir que o Estado deve se manter neutro na aplicação desse tipo de tecnologia a fim de evitar que os aprimoramentos sigam um modelo único e incorram nos mesmos erros cometidos pela eugenia do século XX – numa aplicação duvidosa do ideal liberal do qual ele mesmo se julga defensor – ele acaba delegando aos pais das futuras crianças uma tarefa que ameaça descambar nos mesmos erros e que só poderia ser amenizada pela intervenção do Estado.

Conclusão

Não há dúvidas de que a engenharia genética tem um grande potencial para melhorar a vida das futuras gerações, como provam as ferramentas que ela promete oferecer para a prevenção e cura de doenças que ainda hoje carecem de tratamentos eficientes. Por outro lado, também é impossível negar que esse mesmo tipo de tecnologia traz embutida em si um grande desafio ético que deve ser encarado desde já, e que diz respeito aos limites que devemos impor a nós mesmos ao utilizá-la.

Neste trabalho, concentramo-nos na questão acerca de que limite é justo traçar no uso que podemos fazer da engenharia genética para aprimorar as futuras pessoas. Dentro dessa questão, acompanhamos a proposta defendida pela eugenia liberal segundo a qual o estado não deve se envolver em decisões desse tipo, e que os direitos que os pais já gozam para moldar seus filhos por meios tradicionais de acordo com seus valores estende-se também ao uso do aprimoramento genético, desde que isso não comprometa qualquer plano de vida em potencial. Argumentamos a seguir que, apesar do apelo que essa proposta possa carregar, ela padece de uma série de problemas que faz com que tenhamos que escolher entre abraçar um critério ambíguo e duvidoso para distinguir entre formas legítimas e ilegítimas de aprimorar nossos filhos, ou abrir mão da neutralidade estatal em questões de aprimoramento e correr o risco de ver o uso dessa tecnologia se aproximar perigosamente da eugenia clássica.

Tendo isso em vista, só podemos chegar à conclusão de que a forma como Agar defendeu o acesso a aprimoramentos genéticos precisa de revisão em algum de seus pontos fundamentais, ou corre o risco de não oferecer nenhum suporte a defesa e uso dos

aprimoramentos genéticos. Se essa revisão deve atacar a forma como ele descreveu os males da eugenia clássica ou o critério que elaborou a fim de que os pais não cometessem os mesmos erros dos quais ele pretendia se afastar deve ser alvo de um estudo em separado, mas que pode se beneficiar de tudo visto aqui.

Referências

AGAR, Nicholas. **Liberal Eugenics**: in defence of human enhancement. Blackwell Publish Ltd, 2004.

_____. Liberal eugenics. **PUBLIC AFFAIRS QUARTERLY**, vol. 12, n° 2, 1998, pp. 137-155.

_____. How to defend genetic enhancement. *In* GORDIJN, Bert; CHADWICK, Ruth (editors) **Medical enhancement and Posthumanity**. Springer Science, pp. 55-67, 2008.

BUCHANAN, Allen *et.al.* **From chance to choice**: genetics and justice. Cambridge University Press, 2001.

DEKKER, Teun J. The illiberality of perfectionist enhancement. **Med Health Care and Philos** (2009) 12, pp. 91-98.

FOX, Dov. The illiberality of 'liberal eugenics'. **Ratio** 20 (1) pp. 1-25, 2007.

ISAACSON, Walter. **A decodificadora**; Jennifer Doudna, edição de genes e o future da espécie humana. Tradução de Rogério W. Galindo e Rosiane Correia de Freitas. Editora Intrínseca, edição digital, 2021.

MCKIBBEN, Bill. **Enough**; staying human in na engineered age. An Owl Book, 2004.

MUKHERJEE, Siddhartha. **Gene**: uma história íntima. Tradução de Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 2016.

SANDEL, Michael. **Contra a perfeição**: ética na era da engenharia genética. Tradução de Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 2013.

SAVULESCU, Julian. New breeds of humans: the moral obligation to enhance. **Ethics, law and moral philosophy of reproductive biomedicine, vol. 1, no 1**, pp. 36-39, 2005.

SILVER, Lee M. **De volta ao Éden**; engenharia genética, clonagem e o future das famílias. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Mercury, 2001.

SPARROW, Robert. Liberalism and Eugenics. **Australasian Journal of Philosophy**, vol. 89, n° 3, pp. 499-517, 2011.